FORMAÇÃO ACADÊMICA GUINEENSE¹ NO BRASIL: COOPERAÇÃO E MULTICULTURALISMO

Academic Guinean in Brazil: Cooperation and Multiculturalism Guineano académica en Brasil: la Cooperación y el multiculturalismo

Samuel de Andrade Lima²

Hermano Machado Ferreira Lima³

RESUMO: O presente artigo dispõe sobre a aspiração do jovem africano guineense em trilhar caminhos de uma formação superior fora do seu país que justifique seu progresso com o intuito de ser um possível construtor das transformações socioeconômicas dos países envolvidos na cooperação bilateral entre Brasil e África. Imbuídos no mesmo anseio de ampliação dessa relação entre os países em questão, expõe-se os objetivos específicos relatados a partir da experiência da pesquisa de mestrado, registrados da seguinte forma: identificar o motivo da escolha do Brasil pelo jovem guineense; mensurar o peso da escolha do curso no Brasil aos possíveis impactos de sua atuação no mercado brasileiro ou guineense; registrar a importância da ação desenvolvida pela iniciativa privada no segmento educacional superior, através da cooperação para uma sociedade brasileira e guineense mais justa e igualitária. Diante do exposto pelos objetivos da pesquisa já realizada é que almejasse saber de fato, se o jovem guineense, após completar o processo de formação, serão capazes de garantir resultados que culminem nas esperadas transformações sociais, políticas, econômicas as quais enfrentam Brasil e África.

Palavras-chave: Guineense; Formação; Cooperação; Brasil; África.

1 INTRODUÇÃO

O artigo em questão abre espaço para o esclarecimento acerca das relações bilaterais entre países, no âmbito educacional, pois sob tal segmento, pode-se ponderar que no século XXI, há uma eclosão do mundo emergente sob a égide de uma nova ordem mundial.

Os países envolvidos nesta relação investem em sua juventude no tocante a qualificação, por meio do ensino de graduação superior, sobre o qual contribui de forma positiva e promove ainda nesse jovem o empoderamento e a capacidade de romper com as desigualdades socioeconômicas, hora estabelecidas pelo mundo hegemônico.

O artigo tem como referencia a pesquisa que subsidia a Dissertação: VIDAS EM TRÂNSITO: um olhar sobre a formação guineense e seus impactos no retorno ao continente africano de autoria de Samuel de Andrade Lima, defendida no MPPPP/UECE em 19 de dezembro de 2013.

Revista de Ciências Humanas - Educação | FW | v. 17 | n. 28 | p. 60-81 | Jul. 2016 Recebido em: 30.03.2016 Aprovado em: 06.06.2016

² Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)(2008) e Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela UECE(2013). Docente da Faculdade Terra Nordeste - FATENE. @ ssamlima@yahoo.com.br

³ Sociólogo. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (1998). Professor visitante da Universidade Estadual do Ceará (UECE). @ hermanoferreiralima@yahoo.com.br

Diante desse fato, são inegáveis os esforços governamentais dos países

considerados do hemisfério sul em implantar acordos bilaterais e multilaterais que

possam estimular o fluxo de pessoas no segmento educacional, propiciando aos

envolvidos, oportunidades de crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural

das sociedades.

Portanto, registra-se a existência das relações entre dois países considerados

periféricos, com vistas, a divisão geoeconômica mundial, em que o tratamento se

nomina, países do Sul, no caso, Brasil e África, ambos marcados pela forte ligação

histórica e cultural.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, adota-se a chamada

cooperação técnica, baseada em princípios descritos como, a cooperação técnica sul-sul

brasileira, ou seja, entre países do hemisfério sul: [...] caracteriza-se pela transferência

de conhecimentos, pela ênfase na capacitação de recursos humanos, pelo emprego de

mão-de-obra local e pela concepção de projetos que reconheçam as peculiaridades de

cada país.

Desta maneira, essa relação fundamenta-se no princípio constitucional da

cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Saraiva mostra que o

governo brasileiro está disposto a consolidar relações com a África, uma vez que:

[...] o multilateralismo e as políticas voltadas aos países africanos e lusófonos se tornaram uma constante da PEB (Programa Estrangeiro Brasileiro), tendo seu menor grau de abrangência no governo Fernando Collor de Melo e os

maiores nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula, sendo este último o que mais ênfase deu a tais relações. (SARAIVA, 2001, p.4)

Do ponto de vista dos acordos bilaterais e multilaterais, acredita-se que os

governos buscam integrar segmentos como economia, saúde, educação e vê-se sem

dúvida que a política educacional no âmbito público e privado, ambos possuidores de

um caráter universalizante e homogeneizador, tem em suas pretensões a integralidade

das boas relações entre oriente/ocidente.

Constitui-se assim, uma tentativa de reduzir disparidades internacionais, nacionais

e até mesmo regionais através da formação superior de jovens estrangeiros, certamente,

um futuro articulador das transformações sob os aspectos sociais, raciais, econômicos,

culturais para uma condição de sociedade mais justa.

Vê-se, portanto, um fortalecimento na formação de redes de relações e interação entre países, levando jovens estudantes a uma situação de deslocamento, à produção de novas identidades "fora de casa" e ainda, por meio dos ditos acordos de cooperação, acredita-se que no retorno dos discentes, quando o fazem, ao país de origem, os mesmos, devem retribuir o aprendizado adquirido durante o projeto de formação superior ao desenvolvimento da nação.

2 A EDUCAÇÃO UNIVERSAL EM PROL DE UM PROJETO DE VIDA

Com base no artigo 26° da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

A educação promove também oportunidade de valorização e realização das potencialidades do indivíduo. Ressalta-se ainda, numa maior capacidade de efetuar escolhas, na medida em que proporciona o empoderamento do sujeito, cujos conhecimentos, valores e competências rompem ciclos viciosos de pobreza e constroem um futuro melhor, para si e para as suas famílias.

Coletivamente, a educação é em si mesma, produtora de cidadania capaz criar cidadãos mais informados e conscientes dos seus direitos e deveres e vê-se reforçar sua voz na sociedade, assim como, favorece uma força de trabalho dinâmica e produtiva com papel ativo no desenvolvimento das suas comunidades e países.

A partir daí sente-se a importância da educação para a promoção e desenvolvimento humano, pois as políticas setoriais de educação, têm recebido atenção especial por parte dos governos do ocidente e do oriente, atingindo resultados positivos.

O fortalecimento entre nações nasce a partir de iniciativas como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS ou G-3). A iniciativa sul-africana de cooperação Sul-Sul, entre outras visitas realizadas por governantes das nações envolvidas, fez o Brasil oficializar o interesse na parceria com países estrangeiros.

A consolidação firmou-se por meio da criação do Programa de Estudantes -

Convênio de Graduação (PEC-G- artigo nº 94 da Portaria nº 580 de 23 de maio de 1987,

Ministério da Educação e do Desporto), a qual oferece oportunidade de formação

superior aos cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém

acordos educacionais e culturais em parceria com universidades públicas federais e

estaduais, e particulares.

No intuito de esclarecer essa relação bilateral, a base e o desenvolvimento do

artigo está fincado na experiência científica de uma pesquisa de mestrado e na

exposição da produção dos resultados. Necessita-se ainda, elucidar aos leitores que o

programa PEC-G, seleciona estrangeiros, entre 18 e 25 anos, com ensino médio

completo, para realizar estudos de graduação no Brasil, no entanto, o aluno estrangeiro

selecionado cursa a graduação, que caso seja na universidade pública, contará com bolsa

de estudos, ou então, custeia o estudo com recursos próprios em universidades e

faculdades particulares.

Os contingentes acolhidos no Brasil são de estudantes predominantemente de

países que falam língua portuguesa como, Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, ora

distribuídos em diversos cursos de graduação em várias IES públicas, como é o caso da

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e da

Universidade Federal do Ceará (UFC) e em várias IES particulares sediadas em

Fortaleza ou na sua Região Metropolitana, onde a experiência, destaca-se em IES

particular, sediada em Caucaia, na Faculdade Terra Nordeste – FATENE.

Na intenção de conquistar uma nova realidade, a fim de enxergar um horizonte

mais promissor, da condição política e econômica difícil a qual passam os países

africanos, a de se pensar na realidade conflituosa que estão submetidas as sociedades

guineenses, caboverdianas ou angolanas.

Para isso, as juventudes daqueles países têm de tomar decisões ousadas a fim de

desbravar em terras estrangeiras, aquilo que muitas vezes não lhes são ofertadas em seus

países de origem.

Espera-se que o empoderamento desses jovens, após todo o processo de formação,

possa contribuir para um futuro que seja capaz de transformar a realidade política, social

e econômica desse povo ou país. Portanto, a esperança do jovem africano, reverbera de

forma positiva para essas mudanças necessárias frente às distorções travadas em solo

africano.

3 ESPERANÇA E INCERTEZA PARA O GUINEENSE NA BUSCA DA

FORMAÇÃO EM TRÂNSITO

A formação acadêmica no exterior parece ser algo inatingível, daí, surge o medo

de enfrentar um quadro de extremas mudanças. A desconfiança dessa nova realidade,

dar-se por certo, às incertezas que rodeiam e retrai qualquer sentimento de

enfrentamento a algo que parece ser repleto de dificuldades.

Para entender a decisão difícil de formar-se fora dos limites territoriais africanos,

é necessário enxergar o que diz a história daquele país.

Amado, remonta a história para explicitar um pouco as dificuldades enfrentadas

por Guiné Bissau:

Guiné Portuguesa era como se chamava a atual Guiné Bissau. Em meados de 1450, o explorador Nuno Tristão, chega à costa da África Ocidental e a

história de uma exploração colonial repete-se, a busca de ouro e escravos

para alimentar a Europa dominadora de terras e riquezas. (AMADO, 1990, p. 162)

A região prosperou com o tráfico negreiro e no fornecimento de sal e de arroz que

fazia daquele território uma feitoria cobiçada por vários outros dominadores europeus.

Da fundação de Bissau até o final do século XIX, ocorre um forte declínio do comércio

de escravos e com a evolução da conquista por territórios africanos por outros europeus,

França e Reino Unido se apoderam de boa parte do território o que resulta em disputas

seculares. Isso demonstra que a disputa entre países europeus e a exploração vivida pela

Guiné fomentaram as disparidades que passam o povo guineense.

Considerado um país destruído pelos conflitos e por golpes militares e por não

conseguir sair de uma condição de pobreza extrema, pouco pode ser feito pelos

governantes provisórios que ficam limitados e o progresso que viabilizaria o

desenvolvimento e o crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida da

população acaba não acontecendo.

Para pensar em retirar essa sociedade da condição em que se encontra, são vários os investimentos que precisam ser realizados, uma vez que os desafios para uma formação acadêmica seria contar com a instalação de universidades que viessem atender a uma demanda que certamente é crescente, pois todo país que é pobre, necessariamente não deve continuar pobre, por isso, faz-se aqui um relato importante da Professora Moema Parente Augel⁴, sob dois pontos de vista: o primeiro sobre o esforço feito pelo Governo guineense na implantação de duas universidades, e o segundo ponto sobre a construção de uma guineidade, importante fato sociológico para a nação guineense.

Segundo Augel (2009), a Guiné Bissau figura como um dos últimos países africanos a ter uma universidade, enquanto, olhando-se em torno, constata-se que em outros países também vítimas da colonização a situação foi diferente.

Baseado nas palavras de Augel, pensa-se como é difícil para um Estado rodeado por crises políticas, sociais e econômicas, implantar políticas públicas educacionais de forma a criar uma atmosfera repleta de fatos positivos e gloriosos.

Contudo, acredita-se ser limitante para tais governos a promoção e a implantação de tais políticas, pois o que se percebe, é que o país enfrenta inúmeros obstáculos para sair dessa condição de precariedade, inclusive na comparação com outros países africanos.

O ensino superior na Guiné Bissau precisou passar por várias etapas até sua concretização. Augel nos coloca que:

A iniciativa da criação da universidade na Guiné Bissau apoiou-se nas diretivas do Plano-Quadro Nacional "Educação para o Desenvolvimento Humano", baseado na constatação que a Guiné Bissau precisa formar internamente seus quadros, com vista a um desenvolvimento durável e autosustentado. (AUGEL, 2009, p. 141-142)

Somente em 1981, Mário Cabral, então Ministro da Educação e Cultura, havia se empenhado no projeto de uma Universidade Regional, abarcando os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Outra investida ocorreu em 1999, resultou na transformação da antiga Escola de Direito em Faculdade de Direito de Bissau.

Só então no ano de 2003, ocorre como marco na história do ensino superior o início das atividades de duas importantes instituições: Universidade Amílcar Cabral (UAC) e Universidade Colinas de Boé (UCB). A UAC criada a partir de um protocolo

-

de cooperação entre o governo de Guiné Bissau e a Universidade Lusófona de

Humanidades e Tecnologia de Portugal, considerada pública, e a UCB criada a partir da

iniciativa de um grupo guineense privado em parceria com o Instituto Politécnico de

Leiria de Portugal.

Ambas não ofertaram cursos diretamente para a graduação: foram ofertados

inicialmente cursos preparatórios para compensar falhas do curso secundário. Tão

somente após a implantação dessas instituições é que de fato a questão do ensino

superior tornou-se mais real, densa e enriquecida.

A realidade tão sonhada da formação acadêmica por parte dessa sociedade só é

passível de romper as agruras da colonização e da baixa qualificação a partir da

transformação educacional desse povo que como qualquer outro colonizado, foi

imputado à condição de submissão e de acreditar que outro mais inteligente e forte lhes

guiasse rumo ao desenvolvimento.

O que normalmente observa-se é um estado de letargia, é como se fosse

impossível acreditar que se pode sair de uma situação a qual nem a própria população

acha possível sair e é somente com a reflexão emanada da educação que essa sociedade

pode confiar em sua autonomia.

Cabe futuramente a juventude, denominada "cabeças pensantes", tecer uma

identidade nacional forte e repensar a democracia como forma de reverter os rumos

decadentes que ameaçam constantemente o país. A partir do cenário apresentado a de se

ter coragem e encarar a possibilidade de ultrapassar tantos desafios.

Ressalta-se aqui, o viés das migrações para se entender as necessidades latentes

dos jovens em se deslocar de sua pátria e enfrentar experiências em terras estrangeiras,

atraídos por novas situações econômicas, educacionais, culturais entre vários outros

motivos.

No contexto das migrações internacionais, Castro salienta que:

"[...] imigração, quase sempre, é motivada pelo desejo do indivíduo de progredir, buscando melhores condições de vida para si e para os seus

familiares, razão pela qual não há como vislumbrar qualquer crime nessa

conduta". (CASTRO, 2001, p. 64)

Santos por sua vez já previa esse deslocamento populacional, quando em sua obra

Metamorfose do Espaço Habitado, revela:

A segunda metade do século XIX marca o começo das migrações maciças dos países "velhos" para as nações "novas" onde se instalam centenas de milhares de europeus. O fenômeno é particularmente sensível nos Estados Unidos, Canadá, Uruguai, Argentina, Brasil, Chile, Austrália, Nova Zelândia, mas também nos países africanos e asiáticos recém-colonizados, como, igualmente, no resto da América Latina e do mundo (SANTOS, 1998, p.15).

Migrar temporariamente para buscar qualificação no exterior é cumprir uma trajetória que envolve todo o grupo familiar e, por vezes, outros sujeitos, implicando em muitas responsabilidades nesse percurso. A migração temporária com a finalidade de estudo pode ser tudo, menos individual.

As histórias individuais e familiares formam contextos sociais e políticos indissociáveis e que, muitas vezes, reportam-se a própria construção dos Estados-nação que envolve a realidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Compartilha-se a ideia de que a vida dos africanos já não é fácil num continente marcado por problemas sociais, como desigualdades econômicas, doenças, fome e miséria e, muitas vezes, situações geradas por conflitos internos e pela falta de Governo como visto anteriormente e, ainda, enfrentar dificuldades e barreiras em terras alheias, comuns à realidade da maioria dos estrangeiros.

A fim de consolidar políticas mais eficazes para o combate às desigualdades raciais no Brasil, a própria Presidência da República, toma uma atitude importante, como mostra Jaccoud (2002), que no final dos anos 90 a temática das desigualdades raciais adquiriu visibilidade, com isso, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em março de 2003, consolidando o tema no Brasil como objeto de políticas públicas.

Vinculada diretamente à Presidência da República e com *status* de ministério, a SEPPIR surgiu da necessidade de promover a formulação, a coordenação e a articulação de ações no combate à desigualdade racial e de políticas de ação afirmativa, de forma integrada com o conjunto dos órgãos do Governo federal.

Contudo, a implementação dessas ações e políticas, assim como, o processo de consolidação da temática das desigualdades raciais no conjunto das políticas públicas e em especial, nas sociais, tem se revelado um processo complexo e de difícil coordenação, tanto no que diz respeito ao enfrentamento do racismo e da discriminação,

quanto à promoção da igualdade racial, pois a lacuna apresentada até o momento, viola

totalmente os direitos humanos garantidos universalmente.

Desde que o Brasil entrou no intenso processo de globalização, seu território tem

sido destino de diversas nacionalidades mundiais em busca de novas oportunidades

econômicas, cujo rumo é a mobilidade social, a qual sem a educação, torna-se um

caminho inviável. Sendo assim, como citado anteriormente, o Governo brasileiro está

empenhado em acender tais oportunidades para a sociedade de um mundo emergente e

cheio de perspectivas futuras.

O amadurecimento da própria sociedade brasileira em ter vivido e ainda conviver

sob as mazelas trazidas pela base econômica do país, pautada na escravidão e na

subserviência que rodeiam ainda nossa atualidade, faz-se necessário implantar as ações

assertivas de inclusão que colaboram para minimizar os danos provocados por tempos

tão difíceis que atingem não somente os afrodescendentes, mas também os povos

africanos.

Estudiosos tem consciência dessa realidade, para além disso, abrem-se linhas de

pesquisa nos programas de pós-graduação nas universidades públicas, a fim de

contribuir, motivar investigações e revelar os novos rumos ainda considerados de difícil

percurso.

Nesse contexto, o presente trabalho quer por em evidência um público que anseia

junto ao Brasil novas possibilidades que lhes faltam em sua terra natal e ora apresentam

necessidades especiais tão semelhantes à de inúmeros brasileiros pobres descendentes

de escravos africanos que para cá vieram.

O olhar dos estudantes africanos em solo brasileiro, faz supor a existência de

relações supranacionais típicas de um mundo globalizado, no interior de um jogo de

relação que lhe é próprio.

A circulação internacional com finalidade de estudo, faz-se no interior de um

campo de poder que envolve a possibilidade da ascensão social e política para

estudantes, famílias e grupos sociais diversos, que ordenam por mecanismos singulares

um campo de tensão entre sujeitos migrantes, quando 'fora de seu lugar'.

Nesse sentido, a cultura apresenta-se como meio de avaliação das relações sociais

entre indivíduos e entre estes e o país, onde hora, buscam a formação. Na base desse

processo, não só a abertura da política brasileira com relação à África, mas, sobretudo,

como já citado anteriormente, há uma expansão de seu sistema educacional mediante a existência de programas de graduação e de pós-graduação nas universidades públicas e

privadas brasileiras que promovem o acesso ao ensino superior.

Desde então, tais projetos têm atuado como força de implementação dos processos

migratórios temporários e têm intensificado os fluxos de migração com a finalidade de

estudo por parte dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), posto

que a existência de projetos bilaterais de desenvolvimento e de ajuda, abrem novas

possibilidades de efetivação das metas individuais e ou familiares e implementar um

novo diálogo Brasil/África.

Sonhar com uma formação acadêmica pode ser o aporte ao desenvolvimento

pessoal e profissional para que o indivíduo seja reconhecido perante a sociedade como

produtivo e capaz de contribuir com o crescimento e desenvolvimento da sociedade e do

país.

Diante das condições globalizantes, o Brasil desenvolveu relações com o

continente africano, aproveitando o potencial educacional das IES públicas e privadas

de todo o país na abertura de oportunidades por meio da realização de intercâmbios para

a juventude do continente africano que busca incansavelmente uma formação acadêmica

superior.

Registra-se a partir desse momento a iniciativa da Faculdade Terra Nordeste-

FATENE, situada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e da Faculdade

Evolução, sediada em Fortaleza, capital, que compõem o mesmo grupo de mantidas

pela SUDEP- Sociedade Universitária de Desenvolvimento Profissionalizante S/S Ltda.,

em assistir com seus serviços educacionais estudantes residentes de Fortaleza, Caucaia

(RMF), Municípios adjacentes e intercambistas africanos oriundos da Guiné Bissau.

O grupo da IES, Fatene e Faculdade Evolução que embarca para África é

composto por seus dois diretores administrativo e financeiro, e outros dois componentes

do setor da administração da faculdade que por sua vez, encamparam na Guiné Bissau

uma campanha de divulgação do vestibular que aconteceria naquele país e depois de

concluído o processo, os estudantes deveriam providenciar documentação para

concretizar a relação de parceria.

Houve um envolvimento à época das instituições de ambos os países e fôra

realizado o vestibular com o apoio irrestrito da denominada IGBC (Instituto Guiné

Bissau Ceará) posteriormente transformada em AEGC (Associação (livre) de

Estudantes Guineenses no Ceará), a qual acompanhou todas a comitiva das faculdades,

assim como, o acompanhamento de todas as tratativas e encontros oficiais das IES em

solo africano.

Ainda em solo africano, foram veiculadas propagandas em rádio, televisão e

distribuídos panfletos com informações gerais relacionadas aos cursos, valores,

infraestrutura das faculdades e o vestibular. O programa "Seja universitário no Brasil"

ofertava cursos acadêmicos em diversas áreas: Enfermagem, Marketing, Processos

Gerenciais. Redes de Computadores, Sistemas para Internet/Análise

Desenvolvimento, Educação Física, Serviço Social, nos campis de fortaleza e Caucaia,

Ceará, Brasil.

Cerca de 550 jovens se inscreveram e participaram do processo seletivo, mas

apenas 283 estudantes entregaram documentação. Diante da burocracia documental os

primeiros embarques ocorreram uma parte a partir de julho de 2009 e estendeu-se até

janeiro de 2010.

Todos os vistos, somente foram concedidos aos candidatos aprovados que de fato

vieram após o processo de análise, realizados pela embaixada brasileira em Guiné-

Bissau, tendo sido integrado pelas seguintes fases: verificação da documentação das

faculdades, da documentação dos candidatos (inclusive Declaração de Vaga nas

Faculdades, por elas concebido); entrevista pessoal com representantes da Embaixada

do Brasil em Guiné-Bissau para assuntos consulares de visto; palestra de esclarecimento

acerca das necessidades, inclusive financeiras, no Brasil; assinatura do 'Termo de

Responsabilidade dos Encarregados da Educação' (pais ou outros responsáveis), os

quais se comprometeram em assegurar os valores das mensalidades da Faculdade, mais

a estadia dos estudantes no Ceará (TKT aéreo ida e volta, garantia de sustento,

alimentação, alojamento, assistência médica e de responsabilidade civil advindo de

comportamento impróprio porventura ocorrido no Brasil).

Após a complexidade da burocracia e dos trâmites uma vez realizados, o aluno

está apto a embarcar e enfrentar a formação no estrangeiro e talvez retornar as suas

origens, carregados com novas informações e realidades. O andamento seguinte mostra

tal realidade.

Em 2009, a juventude guineense deparou-se com a possibilidade de cursar uma

faculdade, neste caso, fora do país. Além de outras IES brasileiras que já haviam

passado por terras guineenses, a FATENE e a Faculdade Evolução, estiveram por lá

apresentaram, como o já exposto, a possibilidade de formar alunos no Brasil, mesmo

que isso significasse uma mudança de país ou de distanciamento da família.

Uma nova realidade surge na vida dos aprovados no processo seletivo para o

ingresso em ambas às faculdades no Brasil, portanto, daqui para a frente, é pensar na

formação acadêmica e nos frutos que essa oportunidade trará no futuro.

Trata-se da coragem desses alunos na busca de qualificação para melhor colar-se

no mundo do trabalho e consequentemente na melhoria das condições de vida dos

alunos no Brasil e de seu povo no retorno a Guiné-Bissau.

Desse modo, têm-se a clara noção de como essa parceria entre as faculdades

brasileiras e os países africanos têm atraído um considerável contingente de jovens em

busca de uma formação acadêmica superior. Nessa condição, o estrangeiro guineense

depara-se com um novo e desafiante cenário: viver em outro país, neste caso, o Brasil,

nos municípios de Fortaleza ou Caucaia.

Nesse contexto, destaca-se um relato importante da situação vivenciada pelos

estudantes guineenses, segundo depoimento do MB, 27 anos, ao nos dizer que no caso

dos alunos vindos para estudar nas faculdades particulares, os mesmos, não recebem

bolsas por parte nem do Governo guineense, nem do Governo brasileiro. As despesas

referentes à viagem, como passagem, hospedagem, alimentação, moradia, passaporte,

visto, material didático dentre outros custos oriundos de sua estadia por aqui, são

custeados com recursos próprios de responsabilidade dos pais ou responsáveis,

salientados anteriormente.

Diante da campanha desenvolvida pelas faculdades, a juventude guineense

interessou-se em seguir a vida acadêmica no Brasil.

Após o desembarque em terras brasileiras iniciam-se os primeiros desafios. A

necessidade de buscar moradia, identificar imóveis para o aluguel e instalar assim os

alunos estrangeiros com a preferência daqueles próximos a faculdade, a fim de

minimizar custos com transporte, outro sim, encaixar essa realidade aos recursos que

dispunham.

A saída para isso, portanto, era à divisão de apartamentos com outros guineenses.

Quiçá, um dos maiores infortúnios para os estudantes era pleitear junto aos locadores a

possibilidade de flexibilizar as exigências burocráticas como, providenciar fiador, pagar

caução, e essas exigências até para brasileiros é tema delicado e que pode inviabilizar a

moradia.

Outro dado proeminente, revelado pelo estudante MB, 27 anos, versa, sobre o

visto de estudante que anualmente precisa ser renovado para a permanência no Brasil.

Para que isso seja possível, os alunos precisam está em dias com as mensalidades da

faculdade para que possa expedir o documento que conste a devida matrícula, afim de

garantir a continuidade de sua permanência por aqui.

Sabe-se também o quanto é difícil manter-se sempre em dias com suas

obrigações, sendo assim, têm-se de compreender, que é possível ocorrer alguma

inadimplência, não só com a faculdade, mas também até pelo custo da estadia.

Por conta disso, ocorreram desentendimentos entre as partes. A questão só foi

resolvida em reunião junto ao Ministério Público do Estado do Ceará. Estudantes e

faculdade, reúnem-se para a formulação de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC),

tendo a faculdade se comprometido com as negociações de alunos em atraso com a

instituição, a fim de que os mesmos pudessem regularizar-se junto aos órgãos federais,

como o Departamento de Polícia Federal (DPF), podendo permanecer legalmente no

país.

Outra realidade, revelada em meio às dificuldades expostas, no que diz respeito às

escolhas dos cursos, no qual MB, expõe que no início não tinha muita noção sobre o

curso escolhido por ele, cito, Serviço Social, mas com a chegada e o início das aulas

passou a admirar as discussões travadas em sala de aula.

O discente também desponta que a vantagem em ter uma formação no exterior,

possa ajudá-los a obter um amplo conhecimento, saber analisar os fatos por diferentes

pontos de vista, conhecer a história do Brasil e saber que seus antepassados africanos

contribuíram para o desenvolvimento do país.

Todos os alunos apreciam a cultura brasileira no conceito mais amplo da palavra,

conseguem absorver de maneira rápida o cotidiano brasileiro, especificamente, o modo

de viver do cearense, mesmo repleto de singularidades como o linguajar em suas

expressões antes jamais vistas ou ouvidas.

Tem-se assim, a oportunidade na troca de experiências culturais com os colegas

brasileiros, através de apresentações em seminários de sala de aula, bem como, dos

momentos oficiais do calendário da faculdade, como, semana do assistente social,

debates sobre as questões sociais e econômicas, semanas universitárias, aulas em

campo, dentre outros, e ao mesmo tempo, trazem apresentações artísticas da cultura

guineense, também apreciadas pela sociedade brasileira.

4 OS TEMORES EXAUREM E A TÃO SONHADA FORMAÇÃO ECLODE SOB

A FORTE PRESENÇA DO MULTICULTURALISMO

Nessa perspectiva, a viabilidade e os sentidos, político e cultural, de projetos

nacionais de desenvolvimento humano dependem da capacidade dos países em realizar

de forma qualificada a inserção da educação superior nos contextos da globalização.

Assim, parece pertinente considerar que as sociedades contemporâneas cada vez

mais definem-se por sociodiversidade, etnodiversidade e epistemodiversidade, ou, como

prefere Santos, democracia, multiculturalismo e interdisciplinaridade.

Outra ideia pertinente ao artigo está na "ecologia dos saberes", a qual, Santos

(2007) pensa ainda nas ecologias "da transescala" e "das temporalidades", que

juntamente com as ecologias "dos saberes", "do reconhecimento" e "da produtividade",

conformam a sua "sociologia das ausências". Essas cinco formas de produção de

ausências confrontam as respectivas "monoculturas" dominantes que desacreditam e

destroem experiências alternativas.

As ecologias de Santos permitem, por seu turno, identificar e articular outros

tempos que não, o linear hegemônico, que coage os sistemas locais de saberes. Vê-se a

consolidação disto na corrida dos jovens pelo acesso ao ensino superior, pois, sabe-se e

é notório que a educação sem dúvida impulsiona todos aqueles alunos, agora sem

distinção, a outro mundo, o possível, o real e, o mesmo capaz de realizar e acreditar

nesse entrelace cultural entre povos e isto, reforça a credibilidade no mundo do Sul,

esquecido pela hegemonia de poder dos países mais ricos.

Outra abordagem relevante da pesquisa é o tratamento da lei de imigração, campo

ainda pouco conhecido, pois, só quem vive nessa condição é capaz de expor as reais

Revista de Ciências Humanas - Educação | FW | v. 17 | n. 28 | p. 60-81 | Jul. 2016 Aprovado em: 06.06.2016

condições do indivíduo submetido aos rigores da lei, principalmente os com visto

temporário de estudante.

É verdade que ao fazer parte de outra cultura além da sua, apreende-se outros

costumes, valores, ficando definitivamente ou temporariamente parte da nação à sua

escolha. Desta forma, deve-se fazer uso de alguns dos depoimentos registrados na

pesquisa de mestrado, em que parte destes alunos guineenses, fomentam o objeto da

experiência científica exposta pelos mesmos que passaram pelo desafio de morar e

estudar em outro país, sendo assim, retratam de maneira mais clara um sentimento que

levou estes estudantes a procurarem o Brasil, em busca de um futuro pouco mais

próspero e digno.

A partir da investigação realizada através da metodologia de grupo focal, a qual

envolve questões abertas, no intuito dos entrevistados colocarem todas suas impressões

sem perder de vista a essência cultural presente nas nações envolvidas com a

afrodescendência e que buscasse responder as inquietações; por que não estudar no

ensino superior em Guiné Bissau? O porquê da escolha do Brasil?

As falas que seguem, foram extraídas das indagações da referida experiência

acadêmica e configura-se parte de uma contribuição importante para as nações

envolvidas. O primeiro relato advém do aluno mais antigo do 8º semestre do Serviço

Social, ele narra sobre as questões citadas anteriormente:

A primeira coisa é o seguinte, lá no nosso país também tem ensino superior só que atualmente não é de qualidade comparando em termos de Brasil, então

as oportunidades que tem da gente sair fora para estudar aqui, é quase sonho de todo jovem que terminou o ensino médio lá é sair fora para fazer o graduação fora e prefere estudar no exterior do que estudar lá. Isso é uma

vontade, é um desejo, é um sonho. (HR, 27 anos).

Na mesma linha de raciocínio, a pergunta é: existem universidades por lá? O

próprio HR fala da existência da Faculdade Amílcar Cabral e o NV complementa com a

informação da existência também da Universidade Colinas de Boé, e da Lusofona.

Na contramão da pergunta, outra fala interessante de NV para complementar seu

colega foi:

Saindo fora para estudar já é uma cultura dos guineenses, termina o liceu, a família pode ser tão pobre que é, mas quer ver o filho formado, pode ser na Guiné ou nos países africanos, então Europa que hoje em dia você encontra

muitos estudantes africanos da Guiné Bissau, aqui no Brasil, Portugal,

Estados Unidos, alguns países da África no caso do Marrocos que a gente vai muito, Senegal, Tunísia e não é só o Brasil, estudantes guineenses saem muito pra fora. (NV, 32 anos)

Outro aluno, AM comenta:

Vendo a evolução também de cada país na educação dantes o Brasil só oferecia vaga só federal num abria para instituição privada, então dantes de 2010 que chegou essa invasão dos estudantes africanos porque deu oportunidade para que possam estudar. Dantes os nossos pais que não tem acesso à educação superior, eles querem ver seus filhos estudando. No nosso país eles ofereciam estudos na Rússia, Cuba, como meu pai estudou em Rússia através do governo. As universidades lá são públicas, mas são pagas, pois desde o primeiro ano de estudo a gente paga uma taxa que pode não ser grande, mas paga, é como um tipo de imposto direto, por exemplo, aqui a universidade é de graça, mas no fundo no fundo ela é paga. Até para entrar na faculdade o aluno tem de estudar no ano zero que é como se fosse o vestibular. (AM, 29 anos)

A impressão que passa neste instante, é que o povo guineense já traz essa vontade de estudar fora a exemplo dos próprios pais que hora já tiveram essa experiência, contudo, o que chama atenção é o fato da questão socioeconômica que por pior que possa parecer, há uma insistência em ver os membros da família formados.

É importante salientar a importância dada ao processo de formação de qualquer ser humano, pois, através dele ocorrem às transformações sociais, econômicas, políticas, tanto pessoais quanto coletivas, portanto, é de grande valia essa preocupação por parte dos pais.

Para isso, faz-se necessário comparar com o sentimento de muitos brasileiros pobres que não tiveram tantas oportunidades e querem proporcionar aos seus filhos a possibilidade de encarar desafios e quem sabe trilhar horizontes menos sombrios.

O próximo ponto a ser observado em relação à escolha do curso e se os mesmos são interessantes para a realidade da Guiné, nesse momento, registra-se a fala de aluna do Serviço Social, 8º semestre:

Todo mundo já tinha escolhido o curso no momento do vestibular, tem três opções que a pessoa escolhe e quando você chega aqui tem que fazer uma escolha entre os três. Assim que a pessoa chega aqui se não quiser pode mudar. (VP, 29 anos)

Ainda sob o mesmo aspecto o aluno MB, 8º semestre do Serviço Social, complementa VP da seguinte forma:

No momento da inscrição pode escolher entre três opções e no momento da matrícula é que o aluno vai escolher o definitivo. (MB, 27 anos)

Nesse momento, abre-se um parêntese para averiguar o conhecimento dos

discentes sobre o curso de Serviço Social e o aluno NV responde que eles

compreendiam ser um curso voltado para a sociedade, pois o curso não tinha por lá e só

recentemente chegou à Guiné-Bissau.

Em meados de 2007/2008 surge um problema: é que o país não queria liberar os

alunos para estudar aqui alegando que o curso já existia na Guiné-Bissau.

Na fala de NV, há um relato de que o país não pode proibi-los de estudar fora, já

que não é o governo que vai custear seus estudos.

Já HR, diz que seu tio fez Serviço Social em Portugal, no entanto, lá o profissional

é conhecido como Técnico Social e se chegasse alguém para trabalhar em Guiné-Bissau

como Assistente Social, as pessoas não saberiam qual seria esse profissional.

O AM também fala da sua experiência em um projeto português através de uma

instituição conhecida como Fundação de Evangelização Cultural (FIEC), que

desenvolve trabalhos na área social e é voltada para a área carente e através desta, ele

passou a ter noção do que seria a profissão.

A aluna PS, do 8º semestre de Serviço Social, surpreende com uma nova

informação:

Só complementando, existe um impacto no caso do cambio que eles fizeram lá e aí quando chegamos aqui aí fica difícil que o dinheiro só dá para fazer o

curso mais barato e quando eu cheguei aqui eu não tinha conhecimento do

que era o curso e eu comentei até com os meninos aqui que eu queria desistir, mas eu continuei. (PS, 22 anos)

Com esse novo elemento trazido pela aluna PS, vê-se que a realidade de alguns

dos pais desses alunos não comporta uma escolha de um curso com custo mais elevado

e que a diferença cambial entre os países acabou sendo empecilho na hora da escolha.

Portanto, entende-se que vir estudar em terras alheias já não é tarefa das mais

fáceis, diga-se, escolher um curso sem conhecer como será a futura atuação, absorção de

mercado, tudo isso parece ser uma incógnita.

Como se não bastasse tais enigmas, eis que surge a barreira econômica que ao

final será um fator limitante ou até mesmo preponderante para a escolha definitiva.

JA, 27 anos, 8° semestre de Serviço Social, acrescenta:

Acho que o curso de Serviço Social é importante para Guiné Bissau em questão de política social porque Bissau está passando por um momento delicado, onde que a política social não está existindo e muita violação de direito, então através dessa formação desse curso que é eficiente e com a nossa formação aqui e se implantarmos essa política social, acho que vai dar

muito bem em Guiné Bissau. (JA, 27 anos)

Observa-se nessa fala de JA, o quanto tem sido importante essa formação no

exterior, através de um pensamento de melhorar as questões políticas as quais a Guiné

Bissau tem enfrenta nas últimas décadas, principalmente bem ressaltado na violação de

direitos, coisa já trabalhada pelo curso, ainda mais, é bom perceber que o olhar dessa

formação já está mais crítico sobre as questões de ordem social sofrida pela sociedade

guineense.

A infelicidade bate à porta quando se têm a clara noção das diferenças criadas

nesse processo global entre os mundos do Norte e do Sul. É a partir desta constatação na

qual, em 1995, Boaventura de Sousa Santos propôs o conceito de "epistemologia do

Sul", suscitando vários debates atrelados à concepção da Ecologia dos Saberes,

descritas anteriormente, a qual, não perde de vista, as categorias: Etnodiversidade,

Epistemodiversidade e Inter-transdisciplinaridade. No dizer de Santos, a ecologia dos

saberes traz uma inesgotável experiência do mundo:

[...] ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de

uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento

científico. (SANTOS, 2004, p.36)

Já entre uma educação consolidada e a corrida por aquisição de um lugar ao sol,

ambos, regidos pelo mundo globalizado, quem possuir o controle da informação e o

domínio do conhecimento, parece está num campo frutífero para sustentar qualquer

projeto político que vise construir um desenvolvimento equânime e sustentável.

Em agradecimento a aluna IM, 26 anos, depõe em favor dos profissionais

docentes que foram também desafiados a encarar uma realidade de ter estrangeiros em

suas turmas, por mais que a língua utilizada fosse o velho dito, português de Portugal.

Quero agradecer aos professores e dizer que nessa passagem por aqui eu aprendi muita coisa, a cultura brasileira, então eu aprendi muita coisa, muita coisa mesmo, que é uma realidade que não existe no meu país, no caso dos menores infratores, no nosso país não existe, mas não é assim, existe, mas

não como aqui, então aprendi muita coisa. (IM, 26 anos).

Portanto, os guineenses saem daqui, utilizando a expressão do aluno AM, com

uma cosmovisão, muito mais ampla, daquela quando eles chegaram às terras brasileiras.

Um misto de desconfiança, medo, resistência que imperava no início e desfez-se, dando

lugar a integração, ao acolhimento, a informação, o conhecimento e por fim o

aprendizado, a análise e a crítica.

A temática apresentada a partir da pesquisa de mestrado auxilia a composição do

referido artigo e pretende provocar outros pesquisadores a envolverem-se com o assunto

da multiculturalidade através de acordos bilaterais entre países de língua portuguesa a

fim de expandir cada vez mais novos olhares e traçar novos horizontes a quem se

desafia a viver em outros países.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repartir olhares investigativos nos processos de formação dos discentes

estrangeiros aqui no Brasil, deve receber o tratamento necessário e compartilhar dessas

experiências enriquecendo nossos registros científicos no âmbito das Ciências

Humanas, Políticas e Sociais.

No Brasil verifica-se uma forte ampliação das desigualdades, preconceitos e

injustiças com uma raça que só contribuiu historicamente através da escravidão, com o

desenvolvimento do país e hoje recebe alunos guineenses que vem de tão longe e

encaram forte desafio de sobreviver além das suas origens.

Da mesma forma que muitos vêm aprender a buscar sua formação no Brasil tem-

se que enaltecer as experiências de vida trazidas por estes imigrantes e reconhecer que

também se aprende muito com eles através do multiculturalismo.

Através da empatia, a de se imaginar o cotidiano controverso desses imigrantes

discentes, diante do conhecimento anterior que tinham do Brasil, transmitido por meio

apenas da mídia que de forma massificadora, através das novelas e das paisagens

brasileiras bonitas e cercadas de ficção, passam toda uma carga positiva, no entanto, ao

lembrar-se daquela realidade pouco melhorada da africana, vem com uma impressão e

expectativas muito boas, de uma viagem que marcará suas vidas para sempre.

Vê-se que ao desembarcar em solo brasileiro, tomam um choque de realidade e

precisam adequar-se rapidamente as mesmas realidades vividas pelos brasileiros

inseridos nas classes médias baixas e nas mais baixas, imersas num cotidiano muitas

vezes repetido àquele conhecido através do sofrimento e desigualdades que assolam os

países africanos e os ditos do Sul.

A experiência científica, geradora do artigo, mostra-se, uma experiência exitosa

quando os objetivos resultam de maneira clara às expressões mais reais do mundo

globalizado e por que não dizer, multicultural.

As facetas do mundo real escondem-se através de algumas armadilhas, contudo,

ao mesmo tempo expõe-se de forma tácita a realidade da vida como ela é, sem segredos

ou fachadas.

Aprender, conviver, suportar e prosseguir são ações que rodeiam cada indivíduo,

seja em nosso chão ou em terras estrangeiras. Não obstante, o que realmente marca um

momento como esse é o aprendizado dos diversos modos de viver, apreende-se a

cultura, a forma de falar, os costumes e tradições, mas também a partilha da cultura

imigrante, tão rica e diversa quanto a nossa.

Esse entrelaçar cultural evolui a cada contato com o outro e deve ser preservado e

multiplicado. As iniciativas governamentais e também da iniciativa privada através de

programas que visam o progresso entre países, devem ser ampliadas para que mais

pessoas possam ter oportunidades de contribuir de forma positiva na formulação e no

planejamento de políticas públicas eficazes, eficientes e efetivas.

Visto no plano mais próximo vê-se claramente as mudanças desses alunos

dispostos a intercambiar e se disponibilizar a fim de contribuir de forma espontânea na

composição da referida pesquisa, tendo em vista que todos estão no capítulo final de sua

viagem e ao mesmo tempo no inicio de outra.

ABSTRACT: This article provides for the aspiration of young African Guinea to tread paths of higher education outside their country to justify their progress in order to be a possible builder

of socio-economic transformation of the countries involved in bilateral cooperation between Brazil and Africa. Imbued with the same desire to expand this relationship between the countries concerned, it sets up the specific objectives reported from the master's research experience, recorded as follows: identify the reason for the choice of Brazil for young Guinean;

measure the weight of the choice of the course in Brazil to the possible impacts of its operations in Brazil or Guinean market; record the importance of the action developed by the private sector in higher education segment through cooperation for Brazilian society more just and egalitarian

Guinea. Given the above the research objectives already accomplished is that craved to know in

fact if the Guinean young, after completing the training process, will be able to guarantee results that culminate in the expected social, political, economic, which face Brazil and Africa.

Keywords: Guinean; Training; Cooperation; Brazil; África.

RESUMEN: Este artículo trata de la aspiración del joven africano de Guinea a pisan caminos de la educación superior fuera de su país para justificar su progreso con el fin de ser un posible constructor de transformación socio-económico de los países que participan en la cooperación bilateral entre Brasil y África. Imbuida con el mismo deseo de ampliar esta relación entre los países en cuestión, establece los objetivos específicos notificadas durante la experiencia de investigación de la maestra, registrada como sigue: identificar la razón de la elección de Brasil para los jóvenes de Guinea; medir el peso de la elección del curso en Brasil a los posibles impactos de sus operaciones en Brasil o en el mercado de Guinea; grabar la importancia de la acción desarrollada por el sector privado en el segmento de la educación superior a través de la cooperación de la sociedad brasileña más justa e igualitaria Guinea. Teniendo en cuenta lo anterior los objetivos de la investigación se han conseguido hasta es que ansiaba conocer, de hecho, si el joven guineano, después de completar el proceso de formación, será capaz de garantizar los resultados que culminan en la esperada social, política, económica, que se enfrentan Brasil y África.

Palabras clave: Guinea; formación; cooperación; Brasil; África.

REFERÊNCIAS

Disponível

<

bilaterais/África/África-do-sul. Acesso em: 02/07/2013.

AUGEL, M. P. Desafios do ensino superior na África e no Brasil: a situação do ensino universitário na Guiné-Bissau e a construção da guineidade. Estudos de Sociologia Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Recife, v. 15, p. 137-159, 2009. AMADO, Leopoldo. A Literatura Colonial Guineense. Revista ICALP, vs. 20, julhooutubro de 1990, 160-178. . A Literatura Colonial Guineense. Revista ICALP, vs. 21, julho-outubro de 1990, 160-178. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira). . Decreto n. 1.904, de 13/5/1996. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos, que ineditamente atribui aos direitos humanos o status de política pública governamental, contendo propostas de ações governamentais para a proteção e promoção dos direitos civis no Brasil. . Itamaraty. Relações bilaterais entre países do sul. Brasília, 2010.

Atividades, 2005. Disponível em < http://www.seppir.gov.br. Acesso em: 05/07/2013.

http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-

Secretaria da Presidência da República (SEPPIR). Relatório de

CASTRO, Mary Garcia. Migrações internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. JACCOUD, Luciana e Beghin, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002. SANTOS, Boaventura de Sousa; Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Bontempo. 2007. ____. Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. Porto: Afrontamento, p.23-101, 2004. _. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988. SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP): Solidariedade e ação política. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001. ___. The new Africa and Brazil in the Lula: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (special edition): p.169-182, 2010.